

Conferências globais de Estocolmo a Paris: uma análise do impasse entre a lógica do capital e os desafios da sustentabilidade

Thaisis Miranda do Nascimento¹

Resumo

Este trabalho pretende, a partir da exposição da discussão a respeito da problemática ambiental no âmbito da Organização das Nações Unidas, debater sobre a forma através da qual se pretende atuar para reverter o quadro identificado. Inicialmente, descreve-se a problemática ambiental pela perspectiva da economia ecológica, bem como a forma como esta tem sido tratada na prática, abordando o panorama histórico das conferências e os pontos de difícil concordância entre os atores internacionais no âmbito da governança global. Nesse sentido, observa-se que a transição de um "mundo vazio" para um "mundo cheio" traz consigo a necessidade de ações efetivas em relação ao tratamento do quadro de crescente geração de resíduos, esgotamento de recursos e aumento da temperatura. Se há grande urgência de se discutir os limites biofísicos da acumulação, qual a grande razão para que o debate resolutivo não ultrapasse soluções superficiais e ineficazes? Caracteriza-se, então, a sociedade capitalista e sua lógica de padrões de produção e consumo, observando a necessidade de alteração no paradigma em que a sociedade está inserida para ações efetivas no âmbito ambiental.

Palavras-Chave: convenções globais; economia ecológica; lógica do capital.

¹ Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Juiz de Fora

Global conferentes from Stockholm to Paris: an analysis of the impasse between the logic of capital and the challenges of sustainability

Abstract

This work intends, from the exposition of the discussion about the environmental problem within the United Nations, to discuss the possible intended actions to revert the identified framework. Initially, the environmental problem is described by the perspective of the ecological economics. Afterwards, the way this complication has been treated in practice is presented, addressing the historical panorama of the global conferences and the points of difficult agreement among the international actors in the scope of global governance. In this sense, it is observed that the transition from an "empty world" to a "full world" provokes the need for effective actions to put an end to the growing generation of waste, resource depletion and temperature increase. If there is a great urgency to discuss the biophysical limits of accumulation, what is the great reason why the resolute debate does not go beyond superficial and ineffective solutions? The capitalist society and its logic of production and consumption are then characterised, observing the necessity of change in the paradigm in which the society is inserted for effective actions in the environmental field.

Keywords: environmental problems; global conferences; ecological economics; logic of capital.

INTRODUÇÃO

O meio ambiente permeia todas as relações encontradas no mundo, desde as biológicas até as econômicas. Se outrora este não constituía uma das principais preocupações do homem, o mesmo não se pode dizer dos dias atuais. No decorrer da década de 1960, iniciou-se a discussão da questão ambiental pois houve a percepção que o planeta não era fonte inesgotável de recursos a serem aproveitados, ainda que este fosse o pensamento predominante.

Nesse sentido o Clube de Roma, que contava com cientistas, políticos e industriais, foi de importância para tal debate, uma vez que foram alguns dos precursores do mesmo. A partir de suas discussões e análises relativas ao uso dos recursos naturais, elaboraram o estudo “Os Limites do Crescimento”, publicado em 1972. No mesmo ano foi iniciado um conjunto de ações mundiais coletivas para a preservação do meio ambiente, como consequência da iniciativa da ONU de realizar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo. A partir de então, foram realizados encontros com o objetivo de abordar essa problemática. Publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Relatório Brundtland, também conhecido pelo título de “Nosso Futuro Comum”, trouxe à tona o conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente utilizado na discussão ambiental. As preocupações com questões como escassez dos recursos naturais, consequências da atividade humana para o clima e para a biodiversidade são responsáveis por adoções de objetivos a serem seguidos como formas de amenizar a situação. Em decorrência disso houve a elaboração da Agenda 21 e, mais recentemente, como resultado da COP-21 em Paris no ano de 2015, da Agenda 2030 voltada para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nesse cenário de preocupações ambientais, faz-se necessária a discussão sobre o papel até então desempenhado pelo crescimento econômico e a forma através da qual se pretende atuar para reverter a problemática identificada. Partindo-se do entendimento de que a economia não é um sistema fechado em si mesmo, pretende-se descrever a problemática ambiental pela perspectiva da economia ecológica e abordar o panorama histórico das conferências e os pontos de difícil concordância no âmbito da governança global.

Inicialmente, são apresentados os fundamentos da perspectiva utilizada, da economia ecológica. São apresentadas as mudanças ocorridas na transição de um "mundo vazio" para um "mundo cheio" e as proposições existentes em tal campo para solucionar questões relacionadas à escassez e degradação dos recursos e produção de resíduos. Em seguida, no capítulo "Panorama Histórico das Conferências Globais", faz-se uma descrição histórica, contextualizando a criação da Organização das Nações Unidas assim como a cronologia das principais reuniões voltadas para o tema.

No capítulo chamado "Governança Global e Discordâncias no Âmbito das Conferências" é pontuada, inicialmente, a transição para um mundo globalizado no qual os atores internacionais e seus papéis se diversificam. Acrescenta-se, também, a conceituação de Governança Global e são apresentados alguns pontos no percurso em que houve dificuldade de concordância ou resistências de determinadas partes.

Como consequência do cenário colocado, em que se observa a crescente necessidade de ações efetivas no tratamento da problemática ambiental, há que se perguntar sobre a exequibilidade de propostas como as dos economistas ecológicos dentro do contexto existente de uma sociedade capitalista. Dessa forma se faz, no capítulo "O Capitalismo e a Impossibilidade de Mudanças Necessárias", uma caracterização do sistema capitalista e o imperativo de crescimento econômico ligado a ele, bem como a natureza incontrolável do capital.

Em conclusão, é contestado o quanto as discussões no âmbito global sobre a problemática ambiental podem ser realmente capazes de dar conta de seus objetivos. Faz-se isso levando em consideração a necessidade de mudança de paradigma constatada no diagnóstico sob a perspectiva da economia ecológica.

1 A Problemática Ambiental sob a Ótica da Economia Ecológica

Ao se pensar sobre a abordagem econômica de questões relacionadas ao meio ambiente, será considerada a economia ecológica para a fundamentação deste trabalho. Pontua-se que a economia ambiental, que é diferente da economia ecológica, corresponde à visão neoclássica da economia e é considerada inadequada a este trabalho por alguns fatores que possibilitam a esta, por exemplo, desconsiderar o esgotamento de recursos naturais utilizando-se do argumento da possibilidade de substituir o "capital natural" pelo "capital construído" indefinidamente. (CECHIN; VEIGA, 2010).

Segundo Daly e Farley (2004), o conceito de custo de oportunidade é um dos aspectos que a economia ecológica e a economia convencional partilham. Apesar disso, a ótica pela qual a economia ecológica aborda tal considera a economia como um subsistema aberto de um sistema fechado que é, no caso, o planeta Terra, de maneira que optar por seu crescimento físico implica abrir mão do espaço natural do sistema fechado que, por definição, dispõe de quantidade finita de matéria. Tais custos, portanto, não podem ser ignorados, podendo ser considerada até mesmo a existência de um "crescimento antieconômico" ou "crescimento não econômico", com custos superando os benefícios.

Contrariando a apresentação da economia convencional do "diagrama do fluxo circular", o qual ilustra a circulação de insumos, produtos e dinheiro dentro de uma economia, inicia-se a questão do "metabolismo". Observando-se que a economia ambiental, ao representar as relações dessa forma, trata a economia como um sistema isolado, pode-se afirmar que a mesma não apresenta preocupação quanto à geração de resíduos ou absorção de matérias. A abordagem do fluxo circular relaciona-se apenas com a circulação interna de dinheiro e bens, de maneira a desconsiderar até mesmo a termodinâmica.

Nesse ponto torna-se relevante a abordagem acerca da termodinâmica e seus conceitos relevantes para o assunto a ser tratado. A energia consiste na energia cinética relacionada ao movimento de agitação térmica das moléculas que constituem a matéria. Por calor, entende-se que é o trânsito de energia térmica, sendo uma maneira de se transferir energia entre sistemas de diferentes temperaturas. Nesse sentido, não se diz que um corpo contém calor, e sim energia térmica. O trabalho, por sua vez, corresponde à troca de energia sem influência de diferenças de temperatura, sendo exercido por uma força. O estudo das relações entre calor, trabalho e energia num processo físico entre corpos ou sistemas é chamado termodinâmica. A primeira lei da termodinâmica determina que a energia se conserva, sendo convertida de um tipo a outro.

Ocupa lugar de destaque na economia ecológica a da segunda lei da termodinâmica, a qual estabelece que não é possível que toda energia seja transformada em trabalho pois uma parte se dissipa em calor configurando, portanto, um processo irreversível, uma vez que o calor possui tendência a se dissipar.

Nesse contexto, a medida de desordem do sistema, chamada entropia, é compreendida como uma forma de mensurar a quantidade de energia que não é mais capaz de realizar trabalho. O aspecto de irreversibilidade implica na tendência ao aumento da entropia em sistemas isolados, como o universo. Sendo assim, observa-se que energia e matéria utilizadas inicialmente no processo de transformação são de baixa entropia e, após tal processo de “metabolismo”, tornam-se resíduos, de alta entropia. Georgescu-Roegen, economista por muitos ignorado, foi o primeiro a demonstrar a contrariedade em questão, ao afirmar que o fato de consumirmos energia e matéria de baixa entropia e gerarmos resíduos de alta entropia faz com que não seja possível ignorar o "metabolismo real", ou seja, a troca com o meio ambiente, nas considerações da economia (CECHIN; VEIGA, 2010).

O "ceticismo" da economia ecológica decorre das considerações que a mesma faz acerca da impossibilidade de crescimento econômico por tempo indeterminado, bem como sua realização como solução para a problemática ambiental (CECHIN; VEIGA, 2010). Mais uma vez, faz-se presente a irreversibilidade aliada à visão de esgotamento dos recursos naturais. Sabe-se que a visão absorvida da termodinâmica traz consigo a uma direção a qual se percorre no tempo e, ao compreendê-la, vê-se a necessidade não apenas de mensuração de custos ecológicos ou de externalidades, mas também de compreender o ponto que já foi atingido na escala e a indispensabilidade de orientar as atividades econômicas e a distribuição a partir das conclusões tomadas.

Pode-se afirmar que as políticas ambientais contemporâneas se apoiam, em grande medida, nas ideias, diagnósticos e prognósticos da Economia Ambiental, dado que esta é perfeitamente adequada à lógica inviolável do capital, que inviabiliza medidas necessárias à sustentabilidade ambiental. Em decorrência disso, é fundamental questionar sua capacidade de dimensionar os desafios ambientais em escala local, regional e global. O caráter interdisciplinar da economia ecológica torna-a vantajosa para que se considere a atividade econômica integrada a um sistema ecológico de sustentação da vida que se encontra ameaçado (CAVALCANTI, 2010).

O constante estado de evolução do sistema econômico bem como as adaptações humanas a tais mudanças não geram impactos apenas sobre a sociedade, mas também sobre o ecossistema global. A Revolução Industrial trouxe consigo o início de uma dependência de recursos não renováveis, permitindo também o acesso a novas matérias-

primas e, por conseguinte, uma produção sem precedentes de bens que acompanha a degradação ambiental. A partir daí, os recursos escassos passaram a ser os naturais e a mudança no sistema econômico tem se revelado essencial, ainda que os motivos para que esta seja feita não estejam claros. É preciso desacelerar as transformações e buscar solucionar o problema de escala, isto é, não ultrapassar a dimensão física do ecossistema à qual corresponde o sistema econômico (DALY; FARLEY, 2004).

O problema de escala traz consigo, ainda, a seguinte reflexão: sendo a economia um subsistema aberto do ecossistema, qual o problema no crescimento se o subsistema é pequeno comparado ao todo? De acordo com Daly e Farley (2004), nesse caso ter-se-ia a perspectiva de "mundo vazio" pois os custos de oportunidades da expansão da economia seriam muito pequenos e a escassez não seria um inconveniente completo. Apesar disso, conforme a expansão física de tal esfera ocorre, haveria a transição para o "mundo cheio", no qual o bem-estar está cada vez mais relacionado à provisão de serviços econômicos e cada vez menos relacionado aos serviços ecológicos. Nesse contexto se encontra a possibilidade de os custos superarem os benefícios da expansão citada anteriormente, gerando um "crescimento antieconômico".

Observando-se a perspectiva do "mundo cheio", a exploração de combustíveis fósseis aparece com centralidade. Baseando-se em estudos fiáveis, Daly e Farley (2004) traçam um panorama em que o esgotamento de recursos não renováveis não se encontra tão distante, uma vez que, a usar o petróleo como exemplo, houve um maior crescimento em sua demanda do que no ritmo de descoberta de novas fontes.

No chamado "mundo cheio", tem-se um quadro de degradação dos solos e menor disponibilidade dos recursos minerais, tendo algumas jazidas sido esgotadas. No que diz respeito aos recursos hídricos, observa-se uma exploração em ritmo muito mais acelerado que sua regeneração o que, aliado às mudanças climáticas, pode traduzir-se em fome além de inacessibilidade a água potável. O aproveitamento de recursos em ritmo mais acelerado que o da própria natureza tem sido regra na utilização de recursos renováveis como um todo, levando à extinção de espécies da fauna e da flora.

Além do esgotamento de recursos, a quantidade de resíduos resultantes do processo de produção inerente à sociedade atual, capitalista, tem significado preocupação cada vez maior. Ainda que exista determinada capacidade de absorção de resíduos do ecossistema, o ritmo com que isso tem sido ultrapassado é crescente. Nesse

cenário, muito se fala sobre as emissões de CO₂ pois há grande acumulação deste na atmosfera além do ritmo natural pelo qual o planeta lida com este. Como resultado, as mudanças climáticas se encontram cada vez mais iminentes e um tema recorrente nas conferências globais passou a ser o controle do aumento da temperatura através do manejo de emissões. Alguns recursos nem sequer são absorvidos, ocasionando contaminações e apresentando riscos à população (DALY; FARLEY, 2004).

Nos países periféricos, a industrialização foi vista como forma desejável de desenvolvimento para que se atingisse um novo patamar de economias. Porém, este ocorreu de forma impactante sobre o meio ambiente. A desigualdade da distribuição de recursos em conjunto com a forma através da qual tem ocorrido o processo de acumulação ao longo dos anos permitiu aos países desenvolvidos padrões de consumo insustentáveis do ponto de vista ambiental às custas dos recursos muitas vezes encontrados nos demais. Sendo assim, pode-se afirmar que a elevação do consumo nas regiões mais avançadas, por ser ambientalmente deslocalizada, fez e faz com que os impactos ambientais ocorram nas regiões exportadoras de produtos primários. Ávila e Monte-Mór (2011), por exemplo, afirmam ser preciso rever a forma como os modelos atuais de desenvolvimento se relacionam com o meio ambiente, levando em conta a economia como um sistema aberto dentro do planeta Terra para que se alcance o desenvolvimento sustentável.

Muitos economistas afirmam que a escala ótima já foi ultrapassada. Admitindo-se essa hipótese, podemos concluir que há urgente necessidade de se parar o crescimento e, ao fazê-lo, de atentar-se à distribuição. Isso ocorre porque tal raciocínio implica na preocupação com gerações futuras e não somente, na medida em que também implica na impossibilidade de relegar a segundo plano a redistribuição de riqueza pois a ausência de crescimento inibe a atual justificativa para os pobres. Este posicionamento anularia a ideia de uma perspectiva de alívio futuro da miséria, tornando essencial o raciocínio sobre a distribuição no presente (DALY; FARLEY, 2004). Tal mudança corresponde à necessidade de se repensar o paradigma no qual estamos inseridos e alterá-lo.

Pode-se sintetizar as proposições da economia ecológica acerca de soluções em três pontos de vista: decrescimento econômico, crescimento e estado estacionário, também chamado de crescimento qualitativo. À primeira vista, todos os três parecem

relegados ao papel de marginais em debates visando soluções. Nesse âmbito, observa-se que a transição de um "mundo vazio" para um "mundo cheio" traz consigo a necessidade de ações efetivas para que o tratamento da problemática ambiental ocorra.

Se há grande urgência de se discutir os limites biofísicos da acumulação, qual a grande razão para que o debate resolutivo não ultrapasse soluções superficiais e ineficazes?

2 Panorama Histórico das Conferências Globais

Para a apresentação da discussão sobre como os Estados têm enfrentado os desafios no âmbito internacional para resolução de problemas ambientais, faz-se necessária a contextualização acerca do papel da Organização das Nações Unidas (ONU). Será, então, apresentado o histórico das conferências globais, bem como o caminho capaz de pavimentá-las.

A ONU conta com seis órgãos principais, assim como Agências Especializadas, Fundos, Programas, Comissões, Departamentos e Escritórios. As temáticas dos programas financiados são diversas, estando o meio ambiente dentre elas. No enquadramento das Nações Unidas, apenas as decisões tomadas pelo Conselho de Segurança são obrigatórias aos países signatários da Carta das Nações Unidas, o que faz com que os outros órgãos deem apenas recomendações aos governos. São realizadas pela ONU Conferências Internacionais para tratar de numerosos assuntos, nas quais são definidas declarações, de cumprimento não exigido, que consistem na afirmação de alguns princípios pelos países acerca dos temas discutidos na conferência em questão. Além das declarações, podem também surgir Convenções Internacionais, que têm a finalidade de regular condutas dos signatários. Estas, por sua vez, passam a valer após determinado número de ratificações (RIBEIRO, 2001).

Segundo aprovado pela Assembleia Geral da ONU, foi convocada a primeira conferência com objetivos de tratar nomeadamente da problemática ambiental assim como a possibilidade de conflitos internacionais em torno da mesma, a ser realizada em Estocolmo, na Suécia. (RIBEIRO, 2001).

Um dos assuntos abordados em Estocolmo foi a poluição atmosférica, surgindo a afirmação de que se trata de um problema comum a todos. Inicialmente, tanto a geração do problema quanto seu combate foram abordados de maneira geral, sem que fossem nomeados os grandes poluidores (RIBEIRO, 2001).

As discussões ocorridas na conferência de Estocolmo foram permeadas por duas teses, que acabavam por polarizar o debate, de certa forma, entre os eixos Norte-Sul. Por um lado, encontrava-se a tese do crescimento zero, na qual seus defensores argumentavam que era necessário interromper o avanço da industrialização no mundo com a finalidade de preservar o meio ambiente. Por outro lado, os chamados desenvolvimentistas reivindicavam o direito ao desenvolvimento industrial, uma vez que os países periféricos não se viam como responsáveis pela poluição até então encontrada no mundo, acreditando ser injusto não poderem industrializar-se ainda que isso significasse aumento da degradação.

Ainda na conferência de Estocolmo, houve deliberação acerca da necessidade de se criar um programa no âmbito das Nações Unidas especialmente voltado à temática ambiental como maneira de viabilizar a implantação do Plano de Ação de Estocolmo. Dessa forma foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que passou a funcionar em 1973 (RIBEIRO, 2001).

Uma década depois de Estocolmo, foi realizada, na sede do PNUMA, a Conferência de Nairobi. A respeito dessa, pode-se afirmar que suas conclusões se deram relativamente à ineficácia das ações dos Estados a partir de 1972. Consta na Declaração de Nairobi que não houve um cumprimento satisfatório do Plano de Ação proposto em Estocolmo, além de pedidos voltados à colaboração internacional entre países, especialmente solicitando aos países desenvolvidos ou outros em condição de prestar ajuda às nações em desenvolvimento no que se refere à diminuição do impacto ambiental. (RIBEIRO, 2001).

A partir da década de 1970, foi possível verificar o fortalecimento do movimento ambientalista, com uma maior participação das ONGs na formação de opinião e na mobilização internacional para a causa ambiental, pautando reivindicações como controle da poluição e preservação de espécies ameaçadas. Em conjunto com os crescentes estudos sobre o tema em questão, novos eventos surgiram no período que antecede a conferência realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

Entre os eventos no âmbito internacional com a finalidade de pautar problemas e melhorias na temática ambiental, são destacadas a Convenção de Viena para Proteção da Camada de Ozônio, realizada em 1985, e o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, elaborado em 1987. Com o surgimento de

evidências científicas a respeito da destruição da camada de ozônio, bem como a emissão de substâncias capazes de devastar o ozônio, reconheceu-se nesse contexto um problema ambiental global, a partir do qual foram colocadas questões sobre seus efeitos nos danos à saúde da população e foram feitas tentativas para a regulação de emissão de gases de efeito estufa.

Em 1988, iniciou-se a deliberação na Assembleia Geral das Nações Unidas para a realização de sua segunda grande reunião sobre o ambiente, tendo sido o Brasil escolhido como sede no ano seguinte, especialmente em função do crescente desmatamento da Amazônia e do assassinato do ambientalista Chico Mendes. Dessa forma, foi convocada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Cúpula da Terra ou Eco-92. É possível destacar o crescente destaque da temática ambiental no cenário internacional, gerando maior participação dos chefes de Estado em relação ao que foi verificado anteriormente. Nesse sentido, pode-se também observar a inserção da sociedade civil no âmbito das conferências através de Organizações Não Governamentais (ONGs) (RIBEIRO, 2001).

Uma das bases da discussão da CNUMAD e das reuniões subsequentes era a ideia de harmonia entre a sociedade e o meio ambiente, a qual foi chamada posteriormente de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, foi definido o conceito em questão, apresentado na publicação do Relatório Brundtland, intitulado Nosso Futuro Comum, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na qual se entende por desenvolvimento sustentável a seguinte ideia: "[...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991, p.46). Em função de tal conceito, instituiu-se um debate no qual se discute o ajuste do sistema econômico capitalista vigente de forma a buscar sua sustentabilidade ou a impossibilidade deste acontecimento e a necessidade de ruptura.

A CNUMAD contou com algumas frentes de discussão. Uma das instâncias em questão deu origem à Convenção sobre a Diversidade Biológica. Diante da necessidade de regular o cenário de pesquisas em biotecnologia e engenharia genética, buscou-se reunir os países que dominam tais tecnologias e os possuidores de recursos naturais que poderiam vir a ser utilizados para realizações de estudos. Sobre os avanços observados

da Convenção sobre a Diversidade Biológica, Novaes (1992) afirma que o estabelecimento da soberania dos países, bem como a garantia a estes do acesso às tecnologias e aos recursos financeiros da exploração avançaram, concluindo que “a convenção aprovada no Rio de Janeiro muda a relação de apropriação entre os países ricos e os países pobres” (NOVAES, 1992, p. 83).

A Convenção de Mudanças Climáticas foi mais um produto da CNUMAD. Ainda nas discussões preparatórias para esta, foi possível verificar que algumas divergências entre os países poderiam ser dadas como insuperáveis diante da nova ordem mundial e dos interesses econômicos dos atores que figuravam como os principais poluidores, como o caso dos Estados Unidos (NOVAES, 1992). Como os resultados dos estudos encomendados ao *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) pela ONU ainda não haviam sido divulgados até a realização da CNUMAD, não se tinha comprovações científicas que evidenciassem a elevação da temperatura média da Terra assim como suas possíveis consequências para a dinâmica dos sistemas naturais. Porém, uma vez que também se afirmava na comunidade internacional que as emissões de gases poderiam intensificar o efeito-estufa, duas posições opostas surgiram neste debate: por um lado, buscava-se esvaziar o discurso da grande ameaça climática com a afirmação de que não se possuía base científica para comprovar que o aumento da temperatura não era um processo natural; por outro, procurava-se apontar a ação do homem como principal causadora e medir o impacto de cada país, de forma a taxar os países que extrapolassem os índices definidos e formar um fundo para pesquisas ambientais (RIBEIRO, 2001). Segundo Novaes (1992), o texto da convenção foi apontado por alguns como inócuo, ainda que tivesse introduzido certa responsabilidade aos assinantes ao introduzir a esses a obrigação de comunicarem ao comitê provisório da comissão as espécies e alterações de poluentes antes mesmo de esta ser ratificada e aderida.

Ainda na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi elaborado um plano de ação para a resolução dos problemas ambientais levantados nas discussões ocorridas no cenário internacional até então, documento chamado de Agenda XXI. Buscava-se o desenvolvimento sustentável, na tentativa de equilibrar o desenvolvimento econômico e social e a conservação ambiental. Não se tratando de um documento com abordagem somente de questões

ambientais, pode-se afirmar que houve uma clara intenção de enfrentar as questões relativas à pobreza junto às da degradação.

Na Rio 92 foi adotada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, que entrou em vigor no ano de 1994 . A Conferência das Partes (COP) tem o objetivo de avaliar as mudanças climáticas e garantir a eficácia da Convenção, sendo o órgão supremo desta. Trata-se de uma associação dos países signatários da Convenção que se reúne anualmente desde o ano de 1995, no qual foi realizada a COP 1 na Alemanha. Na Terceira Conferência das Partes, realizada em Kyoto, “assistimos a uma das mais importantes rodadas da ordem ambiental internacional” (RIBEIRO, 2001, P. 139). O Protocolo de Kyoto, adotado na COP 3, determinava tratamentos diferenciados relativos às metas de redução de emissões , mas sua entrada em vigor só se deu em 2005 devido à dificuldade de convencer os países de sua ratificação.

No ano de 2002 foi realizada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável , também chamada de Rio +10, em Joanesburgo, África do Sul. Na Declaração de Joanesburgo o fenômeno da globalização é reconhecido pela primeira vez, tido como um fator que trouxe consigo novos desafios e uma distribuição desigual de benefícios e custos entre o globo. Considera-se que em Joanesburgo ocorreu um desfecho frustrante, em função da utilização de uma agenda muito ampla e ambígua, sendo possível afirmar que pouco se alcançou entre a Eco 92 e a Rio +10 (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

Em 2012, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável — Rio +20. O documento final gerado por esta foi o relatório "O Futuro que Queremos". Foram determinados pela ONU dois temas centrais para a sua discussão: o Arcabouço Institucional para o Desenvolvimento Sustentável (IFSD, em inglês) e a transição para a economia verde objetivando erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2012). Participaram mais de 190 chefes e representantes de Estado e, nos eventos paralelos da Cúpula dos Povos, houve forte participação da sociedade civil.

Alguns discursos se notabilizaram durante a Rio +20, tanto no evento oficial quanto nos paralelos. Um discurso fulcral desta foi a adoção da economia verde como meio de se atingir o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Tal conceito dividia opiniões, não havendo consenso sobre ele, e foi incorporado ao

documento final como algo vago e até mesmo ingênuo, visto que a lógica econômica é orientada pelos os interesses capitalistas. Ainda, ampliando este debate para a participação do setor privado no caminho do desenvolvimento sustentável, observa-se uma valorização dos ideais neoliberais e a crença de que o capitalismo de mercado possa servir para que se atinja o almejado, levando em conta a Responsabilidade Social Corporativa e práticas mais sustentáveis (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

Do ponto de vista de sua efetividade, pode-se pontuar que o documento final “O Futuro que Queremos” surge com uma série de reafirmações sobre decisões tomadas das Conferências anteriores e com uma abordagem insuficiente para a trajetória que se pretende trilhar. Em função dos principais temas que dominaram a discussão, assuntos práticos e importantes foram relegados a segundo plano de maneira que não foram tomadas grandes decisões, ainda que se tenha avançado em termos de debates. Além disso, definiu-se a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para que estes pudessem substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Em setembro de 2015 foi anunciada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Em seu próprio texto, ela é descrita como universal, aplicável tanto aos países desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento por levar em conta diferentes realidades. Nela são apresentados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas correspondentes a estes, tidas como integradas e indivisíveis. Para sua implementação, é reconhecida a necessidade de uma Parceria Global que aproxime governos, sociedade civil, iniciativa privada e outros atores.

Outro importante passo da discussão da problemática ambiental no âmbito das Nações Unidas foi dado em uma Conferência das Partes, a COP 21, realizada em Paris no ano de 2015. Seu objetivo foi alcançar um novo acordo internacional sobre o clima capaz de cumprir com o necessário para a redução dos impactos das mudanças climáticas e garantir o desenvolvimento sustentável, que leva em conta as gerações futuras. Diferentemente do Protocolo de Kyoto, trata-se de um acordo a ser incorporado por todas as Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima sendo, por isso, considerado histórico, uma vez que tal Convenção foi ratificada por 195 Estados.

Para a elaboração do Acordo de Paris foi determinado que cada país deveria formular um documento descrevendo o que pretende fazer de forma a reduzir as

emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). Tal documento foi chamado de *Intended Nationally Determined Contributions* (INDC), traduzido pelo governo brasileiro como Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada.

O objetivo do Acordo de Paris é enunciado em seu Artigo 2, de forma que as Partes se comprometem a

(a) Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo dos 2 °C acima dos níveis pré-industriais e buscar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e impactos das mudanças climáticas;

(b) Aumentar a capacidade de adaptar-se aos impactos adversos das mudanças climáticas e fomentar a resiliência ao clima e o desenvolvimento de baixas emissões de gases de efeito estufa, de uma forma que não ameace a produção de alimentos;

(c) Promover fluxos financeiros consistentes com um caminho de baixas emissões de gases de efeito estufa e de desenvolvimento resiliente ao clima.

(CQNUMC, 2015, p. 26).

No parágrafo 9 do Artigo 4 do Acordo de Paris, define-se que cada parte deverá comunicar sua contribuição nacionalmente determinada a cada cinco anos. Além disso, no parágrafo 1 do Artigo 9 é estipulado que os países desenvolvidos devem fornecer os recursos financeiros para que os países em desenvolvimento possam cumprir com suas contribuições.

Sua entrada em vigor ocorreu oficialmente no dia 4 de novembro de 2016, às vésperas da COP 22, realizada em Marraquexe, no Marrocos, na qual se pretende operacionalizar o Acordo.

Em decorrência de acontecimentos de 2016, tem-se como desdobramento um cenário preocupante no que diz respeito ao Acordo de Paris. Conforme prometido em sua campanha para as eleições presidenciais em 2016, Donald Trump anunciou, em 1 de junho de 2017, a retirada dos Estados Unidos do Acordo e afirmou que consideraria a entrada em um novo acordo que considerasse justo para o país (PARENT; MASON, 2017). Como consequência da saída dos EUA, alguns cientistas afirmam que pode ocorrer uma aceleração dos efeitos das mudanças climáticas (MILES, 2017). As Nações Unidas lamentaram, assim como a União Europeia, a decisão do presidente norte-americano. Ainda nesse cenário, em que diversos países reafirmaram seu compromisso com a causa ambiental, a China surgiu como importante parceiro da União Europeia (ESCRITT; BLENKINSOP, 2017).

3 Governança Global e Discordâncias no Âmbito das Conferências

No decorrer do século XX, especialmente em sua segunda metade, configurou-se "um processo histórico-social de formação da sociedade global, definido tanto pela integração e pela homogeneização quanto por tensões, desigualdades, diferenciações e exclusões" (SANTOS, 1999, p.19). O fenômeno da globalização, caracterizado pela interdependência entre os Estados por razões econômicas, ecológicas, tecnológicas e científicas, trouxe consigo relações internacionais mais complexas.

Nesse contexto, verifica-se certa erosão da soberania tradicional dos Estados com a ruptura do sistema de Westfália², devido a alguns obstáculos ao seu exercício pleno — normas relativas ao meio ambiente e a necessidade de levar em conta seus vizinhos ao explorarem determinados recursos naturais — além do fato de estes terem deixado de ser os únicos atores e passado a dividir o cenário internacional com novos atores, como organizações internacionais e forças transnacionais (MARQUES, 2008).

No contexto da ecopolítica internacional — de relações políticas no que diz respeito à preservação dos recursos naturais —, no qual há dificuldade em separar políticas internas e externas devido à dimensão global da problemática ambiental, a emergência de novos atores configura uma nova dinâmica internacional. Nela, os Estados ainda são caracterizados como os mais importantes, embora não sejam os únicos de expressiva participação (LE PRESTRE, 2005).

No tocante aos Estados, é de conhecimento que estes têm aumentado em número desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Como consequência deste aumento, tem-se maior gama de países com diferentes características no que diz respeito a seus aspectos físicos, políticos e econômicos. Tais heterogeneidades também se expressam em desigualdades, que podem configurar maior ou menor vulnerabilidade de cada Estado frente às mudanças ambientais e até mesmo dificultar negociações devido ao número destes.

No enquadramento da ecopolítica, vê-se que a existência do eixo Norte-Sul, resultando em dois grandes conjuntos de países, nada mais é que a expressão de tais desigualdades. Nesse contexto, destaca-se que os membros do Norte são os grandes

²Por sistema de Westfália, compreende-se aquele surgido com a chamada Paz de Westfália, a partir da qual foi reconhecida a soberania dos Estados, bem como a não intervenção nas questões internas dos demais.

possuidores de recursos financeiros capazes de viabilizar acordos, enquanto os do Sul são providos de mais capital natural, além de representarem maior número de votos. Ademais, os Estados podem se deparar com quatro papéis distintos nas negociações no âmbito ambiental: dirigentes, de apoio, de fator de pêndulo e de bloqueio (LE PRESTRE, 2005).

Entre os novos atores se encontram as Organizações Internacionais Governamentais (OIGs), que intensificaram suas aparições após a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de "associações formais entre Estados, que perseguem a realização de objetivos comuns" (LE PRESTRE, 2005, p. 99), sendo as vinculadas ao sistema das Nações Unidas as mais expressivas.

As OIGs podem contribuir para a ecopolítica de diferentes formas, de acordo com os Estados a que correspondem e o poder destes. Elas podem expor demandas, organizar reuniões científicas contribuindo para consensos científicos, influenciar a agenda internacional, dar suporte em relação à mediação entre os Estados. Ademais, sucede que a participação das OIGs na implementação dos acordos é de grande importância e, na maioria das vezes, o que se observa é uma estratégia de educação em relação ao que se necessita atingir, especialmente por não terem o poder de forçar que os acordos sejam cumpridos. Além de tudo, faz-se importante a avaliação quanto ao respeito que os governos possuem pelos acordos (LE PRESTRE, 2005).

As Organizações Internacionais Governamentais se deparam com uma série de obstáculos à sua atuação. Um deles diz respeito à soberania dos Estados e a forma como elas são colocadas no âmbito internacional, não sendo tratadas por esses como atores autônomos e sim como ferramentas para políticas. Elas dependem dos Estados, não podendo gozar de independência em relação a eles. A própria rivalidade entre OIGs também pode atuar como fator a dificultar sua atuação, de formar a multiplicar os problemas de coordenação (LE PRESTRE, 2005).

No sistema internacional também são encontradas as Organizações Não-Governamentais, cujos participantes não correspondem a Estados. Sua participação em diversas áreas se tornou mais expressiva após 1960 e, na atualidade, algumas delas possuem recursos e/ou perícia científica que podem ser mais significativos que os de algumas nações, especialmente no tocante aos Estados pobres. Podem ser encontradas organizações com interesses mais voltados ao cenário nacional, assim como as

chamadas ONGs internacionais que podem, ainda, desenvolver atividades nacionais. Tem-se também ONGs focadas na realização de pesquisas e consultoria política, assim como voltadas para ações práticas (LE PRESTRE, 2005).

A necessidade de superação de problemas de ordem global, assim como de cidadãos com anseio de participação em ações ou o desejo de determinados governos de estabelecer bases para implementações de acordos podem ser tidos como fatores responsáveis pela multiplicação e pelo fortalecimento das Organizações Não-Governamentais. Além disso, a forma como se desenvolveram os meios de comunicação é capaz de dar mais robustez a elas. Também se verifica a possibilidade de mobilização política por meio das ONGs em nações que limitam a expressão política (LE PRESTRE, 2005).

A atuação política internacional de ONGs tem mostrado seu papel de importância como forma de manifestação de interesses da sociedade civil em temas específicos, podendo fornecer informações relevantes à tomada de decisões e verificar o cumprimento de acordos. Sua participação tem sido encorajada pela ONU ainda que não sejam reconhecidamente sujeitos de direito internacional (BARROS-PLATIAU, 2001). Há uma relação de consulta entre a Organização das Nações Unidas e as ONGs estabelecida por meio do estatuto consultivo concedido pelo Conselho Econômico e Social, porém tal conexão não é decisiva nem obrigatória.

Há uma tendência crescente à participação de ONGs nas deliberações e implementação das decisões, conforme verificado na Conferência do Rio, em 1992, na qual essas organizaram uma cúpula paralela de maneira a contribuir com dados e documentos para as negociações. Nota-se, portanto, expressiva participação na disseminação de informações. Também há um papel a ser desempenhado no que se refere à implementação e sugestão de acordos, assim como certo controle do que está sendo feito. Nesse contexto, sabe-se que os interesses das ONGs podem refletir os dos Estados nos quais elas se baseiam, havendo até mesmo um movimento de competição entre elas (LE PRESTRE, 2005).

No sistema internacional verifica-se, ainda, a atuação do setor privado e dos indivíduos. À participação da indústria corresponde, a partir dos anos 1990, a emergência de uma indústria ambientalista, que vê a problemática ambiental colocada como oportunidade para novos produtos e ampliação do lucro. Há também o apoio de

algumas empresas a determinadas organizações de acordo com seus interesses, assim como incentivos vindo de governos e OIGs para maior participação do setor privado sob a visão de que esse é um dos grandes causadores do problema e um dos que poderia contribuir de forma mais efetiva na implementação de soluções. Historicamente, existiram indivíduos capazes de despertar a consciência de outros quanto à situação do meio ambiente, de forma que se pode considerar também a participação destes no âmbito da governança global (LE PRESTRE, 2005).

Faz-se necessária a discussão acerca da governança global, dado que é por meio desta que se pretende orientar comportamentos para que seja alcançada a cooperação. Por governança entende-se, conforme definido pela Comissão sobre Governança Global:

A totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas.

(Comissão sobre Governança Global, 1996, p.2)

Por totalidade das diversas maneiras depreende-se que aí está incluída a dimensão do Estado, ainda que organizações não governamentais surjam como destaques neste tema (GONÇALVES, 2005).

A partir da maneira como estão configuradas as relações internacionais, há uma crescente necessidade de que cada país oriente suas políticas, ainda que de âmbito nacional, para solucionar ou suavizar problemas do contexto global de forma a buscar o desenvolvimento sustentável. Questões ambientais como, por exemplo, as mudanças climáticas, têm encontrado posições de destaque na agenda mundial e representam grandes desafios à governança global, uma vez que o caráter dos problemas ambientais ultrapassa fronteiras geográficas.

Nesta questão da governança ambiental global, é notória a dificuldade em equilibrar as vontades dos atores. As disparidades econômicas e políticas acabam por resultar em conflitos de interesses. Além disso, a própria utilização dos recursos naturais se dá de formas distintas entre os países dadas as disponibilidades destes e sua industrialização. Atualmente, verifica-se que há maior pressão para que as nações desenvolvidas assumam seu papel na governança global e auxiliem os países em

desenvolvimento na introdução de novos métodos e tecnologias capazes de auxiliar no alcance do objetivo de preservação comum a todos.

Um exemplo de conflito de interesses que se manifestou no âmbito da governança global na Conferência de Estocolmo diz respeito à questão entre Brasil e Argentina e a exploração da Bacia do Prata, presente no Paraguai, no Brasil e na Argentina. A partir do desejo de construção de uma usina hidrelétrica binacional brasileiro-paraguaia, a Argentina passou a reivindicar que houvesse uma consulta prévia quanto a isso. Como desdobramento do desgaste das relações entre os dois países em torno desta questão, a Argentina introduziu a discussão no contexto da Conferência de Estocolmo. O país solicitava que se regulamentasse a exploração de recursos naturais pertencentes a mais de um país, incluindo nisso a consulta prévia. Após o enfrentamento entre os países, o interesse brasileiro prevaleceu nesta questão, constando no documento final da conferência apenas que um país comunicasse ao outro sobre as obras em seu próprio território referentes aos recursos naturais compartilhados (DORATIOTO, 2014).

Outro exemplo de ponto de difícil concordância e de pressão para que os países desenvolvidos assumam suas responsabilidades perante a problemática ambiental sem comprometer os países em desenvolvimento se refere à participação dos Estados Unidos na Declaração de Florestas e na Convenção da Biodiversidade.

No contexto da Convenção sobre a Diversidade Biológica, apresentava-se a questão referente aos países detentores de um estoque de seres vivos, em sua maioria periféricos, e a utilização por parte dos países centrais para experimentação. Nesse cenário, os Estados Unidos não a aprovaram durante a Rio 92 pois, afirmando serem líderes mundiais na pesquisa e desenvolvimento da biotecnologia, não achavam justo dar uma contrapartida aos provedores de recursos genéticos.

Em relação à Declaração de Florestas, o conflito se deu entre Estados Unidos e a Malásia. O primeiro defendia que as florestas deveriam ser preservadas através de medidas mais rígidas. Por trás de tal posicionamento estava o interesse em manter o estoque genético dos países em desenvolvimento para sustentar as pesquisas em biotecnologia. A Malásia, por sua vez, afirmava não ser possível alterar seu modelo econômico, baseado na exportação de madeira e papel. Como consequência, defendia a não preservação das florestas da maneira proposta. Nesse embate, o presidente dos

Estados Unidos se recusou a assinar a Convenção da Biodiversidade de maneira a afirmar sua hegemonia no mundo, porém houve certo isolamento deste em relação aos demais países e, após novas eleições, os EUA passaram a assiná-la.

4 O Capitalismo e a Impossibilidade de Mudanças Necessárias

Neste capítulo, pretende-se caracterizar o Capitalismo, os processos em que ele se baseia e sua lógica de padrões de produção e consumo, observando a necessidade de alteração no paradigma em que a sociedade está inserida para ações efetivas no âmbito ambiental. A partir de uma discussão geral baseada em O Capital, de Karl Marx, são apresentados conceitos fundamentais à compreensão do processo de acumulação do capital e, como consequência disso, o imperativo do crescimento econômico. Em seguida, faz-se observações acerca da incontornabilidade do capital e da crise estrutural do sistema capitalista, tendo como base o debate feito por István Mészáros em Para Além do Capital.

Por Capitalismo entende-se a noção adotada por Dobb (1987) e inicialmente concebida por Marx de um sistema de produção de mercadorias em que a própria força de trabalho poderia ser vendida e comprada como as demais mercadorias, sendo o capital o responsável por compelir o trabalho à geração de mais-valor. Em tal sociedade, a classe dominante é caracterizada pelas suas relações de propriedade com os meios de produção, o que também a permite se apropriar do trabalho excedente.

Como ponto de partida, faz-se necessária a caracterização da mercadoria e seu caráter dual: ela é, ao mesmo tempo, valor e valor de uso. Na sociedade capitalista, mercadorias qualitativamente distintas (com valores de uso distintos) são trocadas em proporções definidas. Nessa relação, há algo capaz de igualar tais coisas distintas. Sendo assim, se forem abstraídos seus aspectos qualitativos, o que resta é que são todas frutos de trabalho. Tais trabalhos, por sua vez, também são qualitativamente distintos e, abstraindo-se tais aspectos, tem-se o trabalho abstrato, que é o que se iguala na troca. Nesse contexto, o que determina a dimensão valor é o tempo de trabalho socialmente necessário.

Segundo Marx, em uma sociedade mercantil o produto do trabalho assume, generalizadamente, a forma de mercadoria. Os produtores fabricam o que para si é um não-valor de uso, mas que tem de ser valor de uso para outros indivíduos. Se isso ocorre, o produtor consegue realizar a troca e obter para si um valor de uso. Só após a

troca, em que um valor de uso é validado, é que este fará parte da riqueza social e, só a partir deste ponto é que o indivíduo obterá acesso a ela. Conclui-se, então, que em tal sociedade o acesso à riqueza social se dá a partir da troca.

Em tal sociedade as trocas se tornam cada vez mais complexas e a coincidência de que uma mercadoria se troque pela outra se torna rara, de forma que uma mercadoria é expelida para cumprir tal função, sendo ela o dinheiro.

A própria existência do dinheiro traz consigo um impulso ao entesouramento, pois há um descasamento entre a sistemática renovação das necessidades e a incerteza das trocas. Tal tendência a entesourar também se explica pelo fato de que o dinheiro é ilimitado qualitativamente e limitado quantitativamente. Por poder converter-se em qualquer mercadoria a proporções dadas, quanto mais se tem, maior acesso a valor de uso.

Já nesse nível de abstração é possível verificar uma tendência ao comportamento expansivo, uma vez que quanto mais valor os indivíduos levam ao mercado, maior seu acesso à riqueza social. Nesse aspecto, o ato de produzir mais corresponde não só ao enriquecimento, mas também corresponde a um desejo de impedir o empobrecimento relativo gerado pelo movimento generalizado de aumento de produção.

Quando o produto do trabalho assume a forma de mercadoria, algumas propriedades do trabalho se exteriorizam e figuram como propriedades da mercadoria — como o valor. Sendo assim, as relações sociais de produção deixam de ser diretas e entre os seres humanos, passando a ser mediadas pelos produtos. Todo trabalho privado autônomo só passa a conferir ao produtor acesso ao conjunto de valores de uso quando reconhecido como social no ato da troca. Há aí uma lógica estranhada, que coage o comportamento individual para que os sujeitos se adaptem.

De acordo com Marx, ainda considerando a dinâmica da sociedade, parte-se do princípio que, havendo tal marcha de crescimento, o entesouramento se configura como uma forma inadequada de conservação de valor pois o dinheiro fora de circulação tem uma grandeza relativa decrescente. O adequado é reintroduzir o dinheiro para a circulação na forma capital, de modo que se obtenha um excedente econômico. Tal excedente, por sua vez, não tem origem na esfera de circulação, já que nela há apenas a redistribuição de valor já existente.

A expansão social da riqueza tem origem nas atividades de consumo de uma mercadoria especial, capaz de criar valor: a força de trabalho. O valor gerado pela força de trabalho não é igual ao seu próprio valor, podendo ser maior, dependendo da forma, duração e intensidade em que é consumida. A diferença entre o valor criado pela força de trabalho em atividade e o seu próprio valor é chamada de mais-valor.

Interessa ao capital expandir o máximo possível o mais-valor. Uma das maneiras de fazê-lo é através do mais-valor absoluto, correspondente ao aumento extensivo da jornada de trabalho. Ocorre, porém que essa forma de expansão se depara com limites. Admitindo-se que é necessária a reprodução sistemática da força de trabalho para seu consumo, há limites fisiológicos. Há, também, limites impostos pela própria mercadoria, através de leis ou mesmo limites culturais.

O capital não se conforma a esses limites e, como consequência disso, tem-se outra forma de expandir o mais-valor: o mais-valor relativo. Pode-se reduzir o valor da força de trabalho, possibilitado pelo aumento de produtividade através da tecnologia ou via organizacional. Para sustentar a lógica de ter que crescer na dimensão de valor, são disparados processos que implicam produção de quantidades sempre maiores de valor de uso.

Quando há um aumento de produtividade, o capital em sua forma de meios de produção encontra reduzida sua capacidade de empregar trabalho, uma vez que qualquer massa dada de capital tem capacidade decrescente de atrair e explorar a força de trabalho. Ocorrendo a reprodução simples, em que o excedente não está sendo consumido produtivamente e o ciclo se renova, há uma redução no emprego da força de trabalho. Do ponto de vista da criação e da expansão de valor, a diminuição dessa se caracteriza como um problema, uma vez que a mercadoria cujo consumo é capaz de gerar valor está desaparecendo (SÁ BARRETO, 2016).

A solução encontrada para tal questão corresponde à reprodução ampliada. Nela, em termos absolutos, o aumento do emprego da força de trabalho é capaz de compensar sua diminuição relativa vinda do aumento de produtividade. Nela, parte do mais-valor é reinvestida como capital inicial, gerando pontos de partida cada vez maiores, configurando, então, um crescimento exponencial.

Ainda assim, se depara com o obstáculo correspondente à venda de todas as mercadorias, fazendo-se necessária a expansão dos mercados existentes e a criação de novos mercados. Nesse contexto, se desdobram dois efeitos: quando há sua reconfiguração material, o capital empregado tende a desempregar; e novos mercados já nascem com a capacidade reduzida de empregar, uma vez que surgem com formas cada vez mais produtivas. É necessária uma compensação cada vez mais rápida desses dois efeitos para que se atenda ao imperativo de crescimento do capital.

De acordo com Marx, o processo de circulação do capital consiste em uma série de fases, num ciclo que se repete sucessivamente. De início, tem-se a transformação do dinheiro em meios de produção e força de trabalho, na esfera da circulação. Em seguida, no processo de produção, há a conversão dos meios adquiridos em mercadorias possuidoras de valor final correspondente ao capital adiantado acrescido de mais-valor. Após esse decurso a mercadoria é lançada novamente na esfera de circulação, devendo ser vendida para que seja convertida em dinheiro a ser transformado novamente em capital. Sendo assim, é necessário que a venda ocorra, assim como a reconversão em capital de parte do dinheiro obtido com essa.

Dada a necessidade de que se passe pelas mesmas fases sucessivamente, pode-se afirmar que o processo de produção corresponde, também, ao de reprodução, devendo ser ressaltada a impossibilidade de produção sem a reconversão de mais-valor em capital. Como resultado do processo de acumulação, tem-se a valorização de capital pela produção, sendo o trabalhador o gerador de riqueza e incapaz de apropriar-se dela por não ser possuidor dos meios de produção. Sendo assim, se observa que o próprio trabalhador é o responsável pela produção do capital, que o domina e explora. A manutenção da classe trabalhadora é uma necessidade do capitalismo.

Com relação à acumulação, Marx observa que, devido à repetição do processo, ocorre que um capital passa a ser algo semelhante a uma consequência do capital anterior e, com isso, o cenário de troca de equivalentes que se configurava dá lugar a outro em que a relação de troca entre o trabalhador e o capitalista é a contínua compra e venda da força de trabalho.

A luta concorrencial surgida com o processo de acumulação do capital leva à centralização dos meios de produção, uma vez que os capitais maiores derrotam os menores que, por sua vez, buscam novas esferas nas quais se dá o mesmo

encadeamento. Nesse mesmo contexto surge também o sistema de crédito, que passa a caracterizar mais um instrumento através do qual se pode redistribuir a riqueza social e tonificar tal movimento de centralização. Posteriormente, Lenin corrobora com tais ideias em sua obra "O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo", afirmando como parte de sua teoria que a livre concorrência e a competição, características iniciais da industrialização capitalista, conduzem à monopolização da economia, tendo também os bancos um novo papel capaz de intensificar e acelerar o processo de concentração do capital, havendo uma estreita relação entre a indústria e o mundo financeiro.

Os elementos apresentados até este ponto permitem uma breve visualização do funcionamento do capitalismo, especialmente no que diz respeito à produção. Nesse aspecto, observa-se a necessidade de crescimento econômico como algo imanente ao processo de acumulação de capital que carrega consigo o aumento da produção pela expansão e criação de novos mercados (SÁ BARRETO, 2016). Logicamente, também se faz necessário o aumento do consumo para que se dê conta de tal movimento, sendo este viabilizado por recursos como a normalização do luxo e a criação de novas necessidades. Acompanhando tais movimentos, também há tendência ao aumento na geração de resíduos e nos impactos ambientais.

Ainda assim, uma vez que o crescimento é tomado *a priori* por estar atrelado às características fundamentais do capitalismo, a resolução da problemática ambiental por via de soluções propostas no âmbito da economia ecológica se encontra estrangida por tal imperativo. As noções de decrescimento, acrescimento ou crescimento qualitativo soam como absurdos nos limites da sociedade capitalista.

Segundo Sá Barreto (2016), a discussão avança, na prática, no sentido de incentivo ao consumo consciente — e nunca no de sua redução — como ocorre, por exemplo, com os chamados dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito das Nações Unidas. No decorrer dos debates das conferências globais foi observada até mesmo a apresentação do chamado Capitalismo Verde, mas não consta nesse contexto nenhuma observação sobre a necessidade de superação de tal sistema. Considerando o arcabouço teórico da Economia Ecológica, especialmente as noções de metabolismo e entropia, percebe-se a necessidade de enfrentamento do imperativo do crescimento econômico para que se obtenha ações mais eficientes, ainda que se caminhe

para um cenário em que se procura, de certa maneira, a adoção de práticas mais sustentáveis.

Lançando olhares sob o mundo contemporâneo, Mézáros inicia sua obra "Para Além do Capital" com uma reflexão pertinente até mesmo ao contexto ambiental: na esfera política, é comum encontrar políticos que repetem por vezes que não há outra alternativa para o que se vive, ainda que sua profissão seja a "arte do possível". Nesse caso, não se considera alternativas, simplesmente pelo fato de estas serem excluídas antes mesmo de concebidas devido à aceitação sem nenhuma tentativa de enfrentamento da lógica do capital. O que resta à população é a resignação com a ordem estabelecida pois "não há alternativa", não importa quantos antagonismos possam ser verificados ou quanto impacto for produzido sobre o planeta.

Ao observar as tendências das últimas décadas em relação ao contexto ambiental e a aparição do movimento verde, Mézáros apresenta a razão responsável por sua rápida marginalização: as causas da degradação têm origens profundas, precisamente no sistema capitalista, que atingiu seu "zênite contraditório de maturação e saturação" (MÉSZÁROS, p. 95, 2002). Por um lado, verifica-se a crescente necessidade de intervenção para que sejam corrigidas as causas dos impactos sobre o meio ambiente. Por outro, vê-se a crescente subordinação das necessidades humanas ao processo de reprodução ampliada de maneira que a geração de riqueza se estabelece como finalidade da produção, numa dinâmica de expansão. Junto a ela cresce a utilização dos recursos naturais e a geração de resíduos.

Ainda na dimensão da problemática ambiental também é observada a taxa de utilização decrescente dos produtos: "a medida do "capitalismo avançado" tornou-se a eficácia com que o desperdício pode ser gerado e dissipado em escala monumental" (MÉSZÁROS, p. 635, 2002), havendo uma tendência contrária à durabilidade. Em tal sociedade, até mesmo os chamados bens de consumo duráveis são descartados antes de terem suas vidas úteis esgotadas, como reflexo da necessidade da lógica de que sejam encontrados meios de acumulação, tendo, nesse caso, o consumo como foco.

Antes mesmo de se ver limitada pelo consumo, a produção pode, no capitalismo, antecipar-se em relação a esse, bastando a criação de novas necessidades ou o encurtamento do valor de uso e da vida útil dos produtos para que se dê conta da crescente quantidade produzida. Nesse contexto de taxa de utilização decrescente, surge

a obsolescência planejada. Tal quadro de utilização decrescente também se manifesta em relação à subutilização do maquinário, que tende a ser substituído cada vez mais cedo por soluções ditas mais inovadoras. Há, também, a taxa de utilização decrescente da força de trabalho, que compõe a contradição entre esta e o fato de que os trabalhadores constituem também o mercado consumidor. Sendo assim, não pode o capital reduzir seu uso de força de trabalho indefinidamente, uma vez que é necessidade primordial de sua expansão a existência de mercado consumidor.

Outra necessidade do sistema capitalista diz respeito à relativização do luxo para que possa ser considerada legítima a ideia de que a produção deve ser orientada tendo como objetivo a geração de riqueza. Parte-se do princípio de que o que é luxo para uns pode não ser para outros e que, sendo inumeráveis as necessidades dos indivíduos além das que os mantêm vivos, o oferecimento de uma vasta gama de mercadorias não pode ser considerado luxo. Ainda nesse sentido, deve-se ressaltar que o tratamento das necessidades como "inumeráveis" implica numa noção de que não se deve ter limites para atendê-las. Esta ideia, em acordo com a lógica do valor, vai contra o cenário real, em que existem os limites biofísicos da acumulação, além de estar em desacordo com a urgência de reversão do quadro da problemática ambiental. Não se pode, pois, lidar com recursos limitados como se fossem ilimitados.

5 Considerações Finais

Dada a necessidade de realização imediata de ações capazes de solucionar a problemática ambiental, não parece prudente concluir que as discussões no âmbito das Conferências Globais serão capazes de surtir os efeitos dos quais se precisa. Especialmente na conjuntura formada no ano de 2017, na qual ocorreu a retirada de um dos grandes países em termos de geração de resíduos, exploração crescente de recursos e capacidade de financiamento do Fundo Verde para o Clima.

Nesse contexto, ainda se pode questionar se o que ocorre na maioria dos Estados não é apenas uma tendência a acompanhar o discurso de sustentabilidade cada vez crescente no sistema internacional, estando essa desacompanhada de ações. Uma vez que, no caso de descumprimento de qualquer acordo como, por exemplo, o Acordo de Paris, não há nenhuma sanção a ser aplicada, será que serão feitos grandes esforços para solucionar a problemática ambiental?

Ainda que os demais países se comprometam e sigam, de fato, as determinações do acordo, tem-se um obstáculo estrutural à resolução dos problemas verificados no campo ambiental: o sistema capitalista. A impossibilidade de repensar o crescimento econômico devido à lógica de expansão que rege a sociedade é capaz, por si só, de empobrecer a discussão por impossibilitar a concepção de alternativas. Tal fato, somado ao diagnóstico da economia ecológica de que se está diante de um "mundo cheio" no qual existem recursos limitados, os processos são irreversíveis e a entropia se desloca em apenas um sentido — o de aumento —, é capaz de gerar dúvidas quanto à capacidade de eficácia de qualquer solução colocada, ainda que se considere que há mesmo um esforço de todos os países.

Referências

ÁVILA, José Luís Teixeira; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Subdesenvolvimento sustentável? Velhas e novas contradições na periferia do capitalismo. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 3, p.381-396, Jul-Set, 2001. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/123-4.PDF>>. Acesso em: 29 maio 2017.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. **Novos atores, governança global e o direito internacional ambiental**. Serie Grandes Eventos - Meio Ambiente da Escola Superior do Ministério Público da União, p.11-22, 2001.

CAVALCANTI, Clóvis. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 53-67, 2010.

CECHIN, Andrei; VEIGA, José Eli da. O fundamento central da economia ecológica. In: MAY, Peter Herman (Org.). **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. 33-48.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa comunidade global**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CNUMAD). **Agenda 21**. 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>> Acesso em: 18 junho 2017

CONVENÇÃO QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA MUDANÇA DO CLIMA (CQNUMC). 21ª Conferência das Partes. **Acordo de Paris à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**. Paris, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>> Acesso em: 18 junho 2017

DALY, Herman; FARLEY, Joshua. **Economia Ecológica: Princípios e Aplicações**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

DOBB, Maurice Herbert. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1089-O_Brasil_no_Rio_da_Prata.pdf>. Acesso em: 29 maio 2017.

ESCRITT, Thomas; BLENKINSOP, Philip. **Países prometem salvar planeta apesar de decisão dos EUA de abandonar acordo de Paris**. Elaborada para a Thomsom Reuters. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN18T2KF-OBRWD>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

GONÇALVES, Alcindo. O Conceito de Governança. In: XIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 14., 2005, Fortaleza. **Anais...** . Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/078.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2017.

GUIMARÃES, Roberto; FONTOURA, Yuna. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p.508-532, 2012.

LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolítica Internacional**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

LENIN, Vladimír Illich. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. (Navegando Publicações). Apresentação: Plínio de Arruda Sampaio Júnior.

MARQUES, Guilherme Bez. . Velhos e novos atores: as relações internacionais de Vestfália ao século XXI. **IUS GENTIUM**, Florianópolis, n. 1, p.12-32, jul. 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Livro 1.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Edição Eletrônica.

MILES, Tom. **ONU estima que saída dos EUA de acordo do clima pode elevar temperaturas em 0,3 grau**. Elaborada para a Thomsom Reuters. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN18T1YU-OBRWD>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

NOVAES, Washington. Eco-92: avanços e interrogações. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 15, p.79-93, ago. 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a05.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2017.

OLIVEIRA, Jose A. Rio+ 20: what we can learn from the process and what is missing. **Cadernos Ebape.br**, v. 10, n. 3, p. 492-507, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>> Acesso em: 18 junho 2017

PARENT, Valerie; MASON, Jeff. **Trump anuncia retirada dos EUA de acordo climático de Paris**. Elaborada para a Thomsom Reuters. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN18S6DN-OBRWD?pageNumber=1&virtualBrandChannel=0>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

RIBEIRO, Wagner da Costa. **A Ordem Ambiental Internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SÁ BARRETO, Eduardo. Marx contra o otimismo tecnológico: economia. **Nova Economia**, [s.l.], v. 26, n. 1, p.97-122, abr. 2016.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Novos processos sociais globais e violência. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, p.18-23, jul./set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300003>. Acesso em: 29 maio 2017.